

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de **PNEUS**, para atender as necessidades do setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º, inciso II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;
1.4	Prazo:	1 (um) ano;
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de Pneus para os veículos que dão suporte ao transporte escolar e as demandas do nível central e Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	U/C	QTD
COTA EXCLUSIVA				



1	295376	<p>Pneu 275/80 22,5 Medida: 275/80 R22,5 Largura: 275mm, Perfil: 80%, Aro: 22,5 , Índice de carga: 150 - 3350kg,149- 3250kg,148- 3150kg Índice de velocidade: L-120 Km/h, M -130Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Tração: A até C, Temperatura: A até C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C, D), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 76 decibéis, Uso no eixo Direcional, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remodelado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas, Michelin, Pirelli, Bridgestone, Goodyear ou superior.</p>	UND	44
2	436845	<p>PNEU 265/75 R16 LT 10 Lonas de uso misto Largura: 265mm, Aro:16, Índice de peso (por pneu): 123 - 1550Kg Índice de peso (rodado duplo): 120 - 1400Kg, Índice de velocidade: Q - 160Km/h, Construção: Radial, Tipo: Sem câmara, Aplicação: Todo terreno, Tipo de desenho: Simétrico, Lateral: Letras Brancas. Tração: A ou B Temperatura: A ou B ou C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E ou F), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C, D), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 73 decibéis, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do IN-METRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não</p>	UND	18



		recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas Michelin, Pirelli, Bridgestone ou superior.		
3	344267	PNEU 205/70 R15 PNEU DE USO MISTO (- H ou V Medida: 205/70 R15, Largura: 205mm, Perfil: 60%, Aro: 15, Índice de carga: 90 (600 Kg) a 92 (630 KG). Índice de velocidade: H -210Km/h ou V-240km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Treadwear: 340 ou superior, Tração: A ou B Temperatura: A ou B ou C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B ou C), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 76 decibéis, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas Pirelli Scorpion ATR, Bridgestone Dueler A/T ou superior	UND	18
PROG. DE TRAB: 22002.1236100572.149		Cod. Despesa: 3.3.90.30.26		FONTES DE RECURSO 150010010000 155000000000
PROG. DE TRAB: 22004.1236500762.184				
PROG. DE TRAB: 22003.1236500672.168				



4	248158	<p>PNEU 195/65 R15 - H ou V Medida: 195/65 R15, Largura: 195mm, Perfil: 65%, Aro: 15, Índice de carga: 85 (515 Kg) ou 86 (530 KG) ou 87 (545 KG). Índice de velocidade: H - 210Km/h ou V- 240km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Treadwear: 340 ou superior, Tração: A ou B Temperatura: A ou B ou C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B ou C), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 76 decibéis, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas Michelin, Pirelli, Bridgestone ou superior</p>	UND	75
5	264581	<p>PNEU 265/70 R16 PNEU DE USO MISTO - S ou T Medida: 265/75 R16, Largura: 265mm, Perfil: 70%, Aro: 16, Índice de carga: 112 (1120KG) Índice de velocidade: S - 180Km/h ou T -190Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Treadwear: 340 ou superior, Tração: A ou B Temperatura: A ou B ou C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E ou F), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 73 decibéis, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega,</p>	UND	13



		Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas Michelin, Pirelli, Bridgestone ou superior.		
6	618839	<p>PNEU 205/60 R15 - H ou V Medida: 205/60 R15, Largura: 205mm, Perfil: 60%, Aro: 15, Índice de carga: 90 (600 Kg) ou 91 (615 KG) ou 92 (630 KG). Índice de velocidade: H - 210Km/h ou V- 240km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Treadwear: 340 ou superior, Tração: A ou B Temperatura: A ou B ou C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B ou C), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 76 decibéis, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas Michelin, Pirelli, Bridgestone ou superior.</p>	UND	53



7	346733	<p>Pneu 175/70 R14 T (ou H) Medida: 175/70 R14, Largura: 175mm, Perfil: 70%, Aro: 14, Índice de carga: 88 (560 Kg) ou 89 (580 KG), Índice de velocidade: T-180km/h ou H210Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Treadwear: 340 ou superior, Tração: A ou B . Temperatura: A ou B ou C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B ou C), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 74 decibéis, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas Michelin, Pirelli, Bridgestone ou superior.</p>	UND	31
PROG. DE TRAB: 22002.1236100572.149		Cod. Despesa: 3.3.90.30.27	FONTES DE RECURSO 150010010000 155000000000	
PROG. DE TRAB: 22004.1236500762.184				
PROG. DE TRAB: 22003.1236500672.168				
COTA RESERVADA				



8	308065	<p>Pneu 275/80 22,5 Medida: 275/80 R22,5 Largura: 275mm, Perfil: 80%, Aro: 22,5 , Índice de carga: 150 - 3350kg,149- 3250kg,148- 3150kg Índice de velocidade: L-120 Km/h, M -130Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Tração: A até C, Temperatura: A até C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C, D), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 78 decibéis, Uso no eixo Tração/Borrachudo, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas, Michelin, Pirelli, Bridgestone, Goodyear ou superior.</p>	UND	22
9	292508	<p>PNEU-215/75 R17,5 - Medida: 215/75 R17,5 Largura: 215mm, Perfil: 75%, Aro: 17,5 , Índice de carga: 126 (1700 Kg) ou 124 (1600 KG) Índice de velocidade: L-120 Km/h, M - 130Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Tração: A até C, Temperatura: A até C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 76 decibéis, 12 a 18 lonas, Uso no eixo Direcional, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível</p>	UND	29



		no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas, Pirelli (MC01), Bridgestone (M814) ou superior.		
10	282178	PNEU-215/75 R17,5 Pneu 215/75 R17,5 Medida: 215/75 R17,5 Largura: 215mm, Perfil: 75%, Aro: 17,5 , Índice de carga: 127 (1750), 126 (1700 Kg) ou 124 (1600 KG) Índice de velocidade: L-120 Km/h, M -130Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), tipo de montagem: sem câmara, Tração: A até C, Temperatura: A até C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 78 decibéis, 12 a 18 lonas, Uso no eixo Tração/Borrachudo, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas, Michelin, Pirelli, Bridgestone, Goodyear ou superior	UND	50
COTA PRINCIPAL				



11	308065	<p>Pneu 275/80 22,5 Medida: 275/80 R22,5 Largura: 275mm, Perfil: 80%, Aro: 22,5 , Índice de carga: 150 - 3350kg,149- 3250kg,148- 3150kg Índice de velocidade: L-120 Km/h, M -130Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Tração: A até C, Temperatura: A até C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C, D), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 78 decibéis, Uso no eixo Tração/Borrachudo, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas, Michelin, Pirelli, Bridgestone, Goodyear ou superior.</p>	UND	66
12	292508	<p>PNEU-215/75 R17,5 - Medida: 215/75 R17,5 Largura: 215mm, Perfil: 75%, Aro: 17,5 , Índice de carga: 126 (1700 Kg) ou 124 (1600 KG) Índice de velocidade: L-120 Km/h, M - 130Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), Aplicação: vias pavimentadas, tipo de montagem: sem câmara, Tração: A até C, Temperatura: A até C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 76 decibéis, 12 a 18 lonas, Uso no eixo Direcional, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não</p>	UND	87



		remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas, Pirelli (MC01), Bridgestone (M814) ou superior.		
13	282178	PNEU-215/75 R17,5 PNEU-215/75 R17,5 Pneu 215/75 R17,5 Medida: 215/75 R17,5 Largura: 215mm, Perfil: 75%, Aro: 17,5 , Índice de carga: 127 (1750), 126 (1700 Kg) ou 124 (1600 KG) Índice de velocidade: L-120 Km/h, M - 130Km/h, Tipo de construção: Radial, SideWall: BSW (letras pretas), tipo de montagem: sem câmara, Tração: A até C, Temperatura: A até C. Resistência ao rolamento (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E), Aderência no Molhado (Class. INMETRO): (A, B, C, D, E), Nível sonoro (Class.INMETRO): máximo de 78 decibéis, 12 a 18 lonas, Uso no eixo Tração/Borrachudo, Preferencialmente Fabricação Nacional; Certificado do INMETRO indicado no Pneu; Garantia mínima de 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível no ato da entrega, Pneu novo, não remoldado e não recauchutado. Pneu de Primeira Linha / Premium. Similar ao produto das marcas, Michelin, Pirelli, Bridgestone, Goodyear ou superior	UND	174

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 18.125/2024.

1.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.10. O fornecimento de bens é enquadrado como não contínuo, tendo em vista que uma vez finalizada a entrega, mesmo que parcelada, soluciona-se a demanda, considerando a vigência da ata que poderá ser prorrogada;

1.11 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado (a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, critério de julgamento: menor preço por item, através do Sistema de Registro de Preços;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021).

2.1. A aquisição de pneus é essencial para a Frota Municipal de Veículos, pois visa atender aos requisitos mínimos de trafegabilidade e cumprir a legislação vigente, conforme o disposto no Código de Trânsito Brasileiro. Essa aquisição é imprescindível para manter as condições necessárias ao adequado funcionamento dos veículos. A frota municipal de veículos da educação desempenha um papel fundamental no transporte seguro e eficiente de alunos e profissionais da área educacional.

2.2. A manutenção adequada desses veículos é essencial para garantir a continuidade dos serviços prestados à comunidade, especialmente em um setor tão crítico quanto à educação. A aquisição de pneus para a frota municipal de veículos da educação é uma medida necessária e urgente, visando garantir a segurança, a eficiência operacional e a redução de custos.

2.3. Os pneus são componentes essenciais para a segurança e o desempenho dos veículos. Com o desgaste natural ocasionado pelo uso diário, a substituição dos pneus é imperativa para:

2.3.1 Garantir a segurança: Pneus em condições inadequadas aumentam o risco de acidentes, comprometendo a segurança de alunos, servidores e motoristas. Isso é especialmente importante em áreas urbanas e rurais, onde as condições das estradas podem variar significativamente;

2.3.2 Assegurar a eficiência do transporte: Pneus em bom estado melhoram a aderência e a estabilidade dos veículos. Isso resulta em um transporte mais eficiente e confortável para os alunos, além de minimizar os riscos de quebras e manutenções inesperadas;

2.3.3 Reduzir custos operacionais: Pneus desgastados podem aumentar o consumo de combustível e a necessidade de manutenções frequentes, gerando custos adicionais para a administração. A eficiência financeira é um aspecto importante, pois permite que mais recursos sejam direcionados para outras áreas da educação;

2.3.4 Diminuir o Impacto Ambiental: Pneus de qualidade têm maior durabilidade e menor resistência ao rolamento, o que resulta em emissões reduzidas de poluentes. Assim, investir em pneus adequados não apenas protege a saúde e a segurança de todos, mas também contribui para um ambiente mais sustentável.

2.3.5 Conformidade Legal: A manutenção adequada dos veículos, incluindo a troca de pneus, é exigida pela legislação vigente, como o Código de Trânsito Brasileiro. Cumprir essas normas é essencial para evitar penalidades e garantir a segurança no trânsito.

A compra de pneus adequados permite a um transporte seguro e eficiente. Assim, a obtenção dos pneus é indispensável para:

2.3.6 Acesso Iguatário ao Transporte: A aquisição de pneus de qualidade e a manutenção adequada dos veículos escolares garantem que todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a um transporte seguro e eficiente. Isso é vital para garantir que nenhuma criança fique excluída do ambiente escolar devido à falta de condições adequadas de transporte.

2.3.7. Transporte Acessível: Investir em pneus e veículos que atendam a padrões de acessibilidade é essencial para garantir que crianças com deficiência tenham acesso ao transporte escolar. Isso não só promove a inclusão, mas também demonstra um compromisso com a igualdade social, permitindo que todos tenham a mesma oportunidade de frequentar a escola.

2.4. Portanto, a aquisição de pneus para a frota municipal de veículos da educação é indispensável para assegurar a segurança, a eficiência da frota de veículos oficiais da secretaria e o cumprimento da legislação. Além de promover a inclusão social e reduzir custos operacionais, essa medida contribui para a sustentabilidade e a continuidade dos serviços essenciais à comunidade educacional.

2.5 Essa aquisição será processada através de Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços - SRP para selecionar empresas que forneçam Pneus para atender a necessidade da frota de veículos oficiais no que concerne a regular manutenção dos equipamentos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A solução proposta consiste na aquisição de pneus para a manutenção e substituição dos pneus desgastados da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo. O objetivo é garantir a segurança no transporte dos alunos e servidores, conforme as diretrizes de segurança e manutenção preventiva estabelecidas pelo setor de transporte escolar.

3.2 Para atender a essa demanda, foi realizado um levantamento detalhado do quantitativo necessário, considerando-se o consumo anual, a fim de garantir a cobertura integral da frota. Este procedimento visa assegurar que a quantidade solicitada seja adequada para atender as necessidades atuais da frota sem gerar excedentes desnecessários.

3.3 A solução mais eficiente para a contratação dos pneus foi definida após análise das alternativas disponíveis, levando em consideração aspectos técnicos, econômicos e ambientais. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, conforme os artigos 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021; Essa modalidade foi escolhida por garantir uma maior competitividade entre os fornecedores, o que resulta em uma contratação mais vantajosa para a Administração.

3.4 Para melhor gerenciamento da demanda e otimização dos recursos públicos, foi optado pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, artigo 3º, inciso II:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

3.5 A utilização do SRP é conveniente para a Administração Pública, pois permite o registro do preço dos itens a serem adquiridos, proporcionando liberdade para a realização das aquisições conforme a necessidade da SME, sem a obrigatoriedade de compra imediata. Dessa forma, a Administração pode realizar compras periódicas conforme o desgaste dos pneus e a demanda da frota, evitando o acúmulo de estoques e mantendo os veículos sempre em condições seguras de operação.

3.6 Portanto, a contratação proposta contempla uma solução completa para a aquisição de pneus, que envolve a análise de demanda, a escolha de uma modalidade de contratação eficiente e a adoção de procedimentos que garantam economicidade, eficiência e segurança para a Administração e para os usuários da Rede Municipal de Educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1 Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

4.1.1.1.2 Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.1.3 A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

4.1.1.1.4 Só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) “XX”, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021.

4.1.1.1.5 Para os itens relacionados nesse processo, cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante, importador ou reformador de pneus esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981

4.1.2 Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.1.3 DA EXIGÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA POR CATÁLOGO:

4.1.3.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização

divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.1.3.2. Serão exigidas amostras de todos os itens, apresentadas por meio de catálogo. Essas amostras serão avaliadas por um profissional qualificado da coordenação de transporte, que analisará as características técnicas e a conformidade dos itens a serem adquiridos.

4.1.3.3 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.3.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.3.5 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: robustez, modo de limpeza, segurança, tamanho e função adequada, adaptabilidade e funcionalidade, ergonomia.

4.1.3.6 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.3.7 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.3.8 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.1.3.9 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.1.3.10 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.1.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega/execução será de até 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da(s) Nota(s) de Empenho(s), Autorização de fornecimento ou documento equivalente, através da Secretaria Municipal de Educação, no endereço relacionado neste Termo de Referência;



5.1.1. A entrega do objeto será efetuada mediante solicitação, atendendo ao pedido e a necessidade da Administração Pública, através do responsável pelo setor correspondente, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da(s) Nota(s) de Empenho(s);

5.1.2. Após a expedição da autorização de fornecimento, providenciar o agendamento prévio com o Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação para evitar possível interferência nas atividades do mesmo;

5.1.3. Os objetos deverão ser entregues de acordo com as solicitações da Municipalidade em conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência;

5.1.4. Os objetos deverão ser embalados por tamanho, sem mistura de tamanho, em caixa devidamente vedada com as indicações de tamanho e quantidade;

5.1.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior, objetos misturados em vários tamanhos, os mesmos serão devolvidos para separação e posterior entrega.

5.2. O(s) Gestor(s) da Ata de Registro de Preços encaminhará para a empresa contratada, juntamente com a(s) Nota(s) de Empenho(s) o pedido o local a ser realizada a entrega;

5.3. Quaisquer discrepâncias nas especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas, bem como todos os acabamentos acordados serão consideradas não conformidades e sujeitas a correção ou substituição pela contratada, sem ônus adicional para esta Pasta.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.6. Será indispensável que todo produto licitado atenda às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas. Todo acabamento deve ser isento de rebarbas, defeitos, etc;

5.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;

5.10. Os produtos serão recebidos no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação (Endereço, telefone, referência e horário/dias de funcionamento a baixo) no local indicado pelo responsável do Almoxarifado.

Secretaria requisitante:	Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação
Endereço de entrega:	Rua: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220 Tel: (22) 2529-3388 Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3 - Subida em frente ao restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.
Horário de entrega e descarga:	de 07:30 até às 14:30 horas - de segunda a quinta-feira (impreterivelmente).

5.11. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de no mínimo 5 anos, com no mínimo 90% da validade disponível, a partir do primeiro dia útil após o recebimento definitivo do objeto, conforme as especificações de cada item descrito neste Termo de Referência."

5.12.. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

5.12.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;



5.12.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

5.12.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

5.12.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

5.12.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados à Partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada;

5.12.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.12.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

5.12.8. O custo referente ao transporte dos objetos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

5.12.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Serão exigidos as Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da

execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº. 14.133/21;

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº. 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2. Todos os materiais serão recebidos no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, conforme solicitação, no seguinte endereço: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220;

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 e ao Decreto nº 3116 de 18 de setembro de 2024 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginascentralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço por item).

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo

da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação

de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do

licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.



8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência,



imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

h) Demais condições constantes do edital de licitação.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte do LICITANTE, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo (a) pregoeiro(a) durante o certame;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013.
- n) Deixar de apresentar amostras;

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1. Advertência;
- 10.3.2. Multa;
- 10.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 838.809,46 (oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e nove reais e quarenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Educação	22002.1236100572.149 22004.1236500762.184 22003.1236500672.168	150010010000/ 155000000000	3.3.90.30.26 3.3.90.30.27

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 26 de setembro de 2024.

ELABORADOR	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Eraldo Alves da Silva Junior Matrícula 116272	<hr/> Juliana Moura da Silva Louredo Matrícula nº 105465

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç ã O

PROCESSO Nº: 18.125/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Matrícula nº. 990.953